

Principais Destaques

Em 2020, as necessidades líquidas de financiamento do Estado terão atingido EUR 16,8 mil milhões, repartindo-se por um défice orçamental em torno de EUR 12,2 mil milhões e outras necessidades de financiamento de EUR 4,6 mil milhões. O agravamento face a 2019 decorreu do aumento do défice (+ EUR 8,3 mil milhões), como reflexo das políticas de combate à crise sanitária, económica e social provocada pela COVID-19. Tendo a pandemia causado uma deterioração imprevista e significativa nas necessidades de financiamento, houve necessidade de recorrer a um Orçamento do Estado Suplementar em junho e de reforçar o programa de financiamento anual em conformidade.

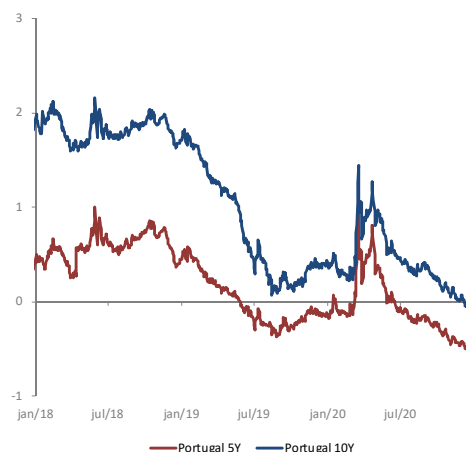
Necessidades e fontes de financiamento em 2020 (EUR milhões)	
NECESSIDADES BRUTAS DE FINANCIAMENTO	24.899
Défice orçamental do Estado	12.242
Aquisição líquida de ativos financeiros do Estado	4.585
Amortizações OT (excl operação de troca)	8.019
Amortizações empréstimos oficiais (PAEF+SURE)	0
Outras amortizações de dívida MLP	53
FONTES DE FINANCIAMENTO	24.899
Utilização de depósitos (excl contas margem)	-10.226
Emissões empréstimos oficiais (PAEF+SURE)	3.045
Emissões OT e MTN (excl operação de troca)	27.157
Emissões OTRV	0
Outras emissões de dívida MLP	16
Emissões líquidas BT (excl títulos detidos pelo FRDP)	-530
Emissões líquidas CA/CTPC	711
Outros movimentos na Tesouraria Central do Estado	4.726
Saldo de depósitos no final do ano (excl contas-margem)	17.047
Saldo de contas-margem no final do ano	415
Saldo total de depósitos no final do ano	17.462

Em consonância com a estratégia habitual, o financiamento do ano foi maioritariamente garantido por emissões de OT, com um valor de encaixe de EUR 27,2 mil milhões (a que acresce EUR 2,7 mil milhões por via de operações de troca). Complementarmente, Portugal recebeu a primeira tranche do empréstimo da UE ao abrigo do instrumento SURE, criado em 2020 para assistir os Estados-Membros no financiamento de medidas de apoio ao emprego no contexto da pandemia. À semelhança de 2019, também em 2020 se registou uma diminuição no saldo de BT.

Operações de financiamento em mercado em 2020			
	Valor nominal (EUR milhões)	Maturidade residual (anos)	Taxa média de emissão (%)
EMISSIONES SINDICADAS DE OT			
OT 0,475% out 2030	4.000	10	0,50%
OT 0,7% out 2027	5.000	7	0,73%
OT 0,9% out 2035	4.000	15	0,93%
LEILÕES DE OT			
OT 2,875% out 2025	1.568	5	0,17%
OT 2,875% jul 2026	2.270	6	0,18%
OT 0,7% out 2027	537	7	0,10%
OT 2,125% out 2028	654	8	-0,09%
OT 3,875% fev 2030	1.666	10	0,70%
OT 0,475% out 2030	4.342	10	0,51%
OT 2,25% abr 2034	795	14	0,56%
OT 4,1% abr 2037	346	17	0,47%
OT 4,1% fev 2045	247	25	1,05%
OPERAÇÕES DE TROCA DE OT			
OT 2,125% out 2028	592	8	-0,13%
OT 1,95% jun 2029	1.733	9	0,09%
LEILÕES DE BT (emissões brutas, excl. FRDP)			
3 meses	1.288	0,25	-0,33%
6 meses	3.042	0,50	-0,39%
11 meses	3.871	0,92	-0,35%
12 meses	5.828	1,00	-0,42%

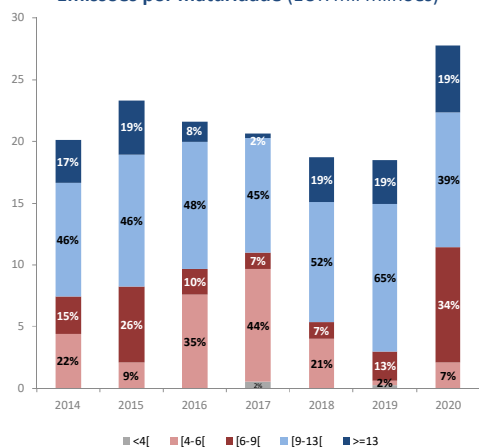
A propagação da COVID-19 afetou drasticamente a economia mundial e motivou um aumento de volatilidade generalizado. No plano financeiro, a tensão foi significativa, mas limitada no tempo, beneficiando de uma resposta política célere, robusta e concertada à escala global: a partir do verão, as condições de mercado retomaram gradualmente as tendências pré-pandemia. Em mercado secundário, a taxa das OT a 10 anos alcançou mesmo o mínimo histórico, no mês de dezembro (-0,05%).

Taxas de juro das OT em mercado secundário (%)

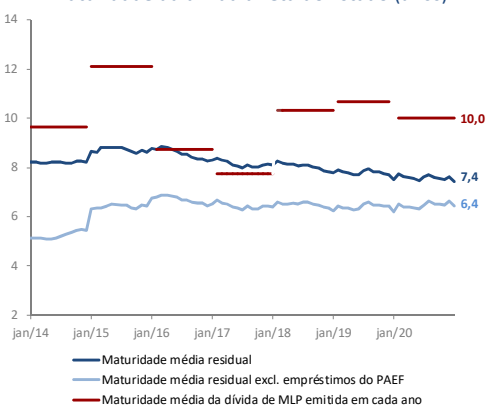


As repercussões da COVID-19 nas necessidades de financiamento e, temporariamente, nas condições de mercado, afetaram a definição e a execução do programa de financiamento. Destaca-se o aumento do peso das emissões de dívida com prazo inferior a 9 anos (41% do total de emissões de médio e longo prazo em 2020, vs. 16% em 2019). Não obstante, a maturidade média da dívida manteve-se globalmente estável.

Emissões por maturidade (EUR mil milhões)

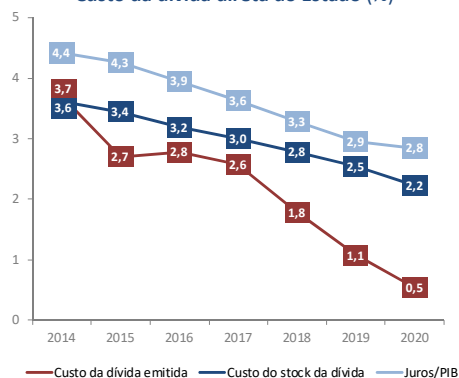


Maturidade da dívida direta do Estado (anos)



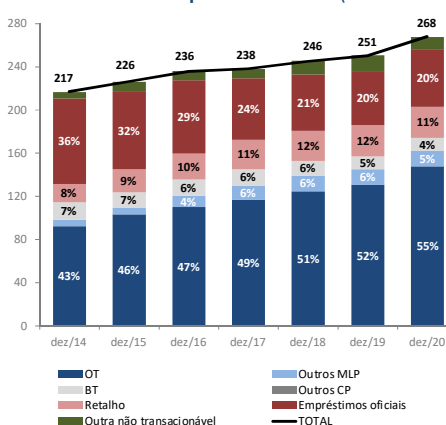
Apesar das circunstâncias excepcionais de 2020, prosseguiu a trajetória descendente no custo de financiamento. A taxa de juro implícita da dívida fixou-se em 2,2%, enquanto o custo marginal de financiamento ponderado por montante e maturidade desceu para 0,5%.

Custo da dívida direta do Estado (%)



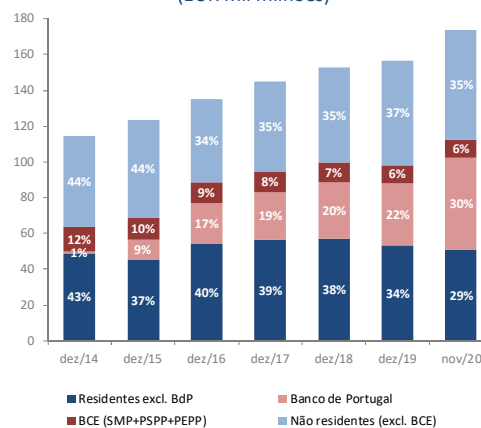
A dívida direta do Estado aumentou para EUR 268,3 mil milhões no final de 2020 (+6,9% face a 2019), refletindo o acréscimo de financiamento necessário para combater a pandemia.

Dívida Direta do Estado por instrumento (EUR mil milhões)



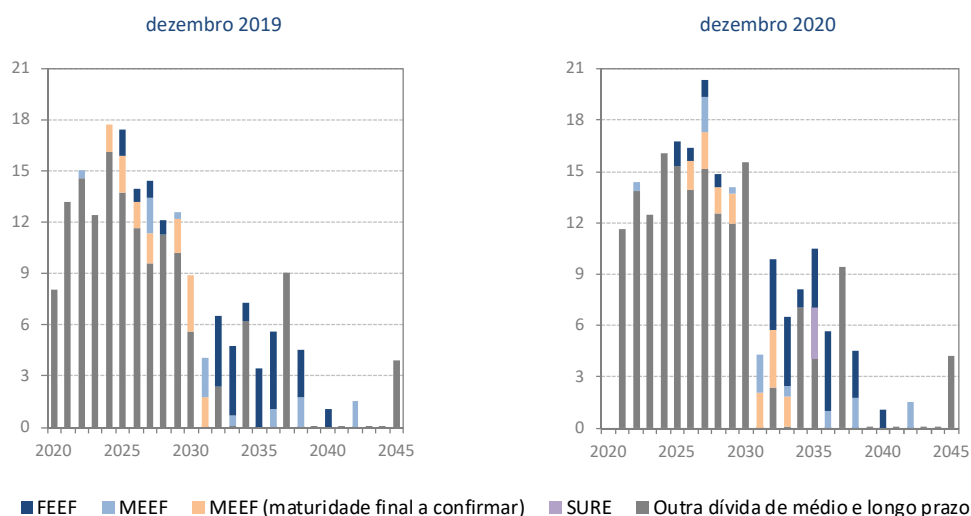
Na composição dos detentores de títulos de dívida direta do Estado, o aumento do peso do Eurosistema reflete o reforço dos programas de compras de ativos para responder à crise. Releva, sobretudo, a criação do novo programa: o PEPP.

Detentores de títulos de dívida direta do Estado (EUR mil milhões)



O alisamento do perfil de reembolsos mantém-se como objetivo orientador na gestão da dívida pública portuguesa, atento o seu contributo para a redução do risco de refinanciamento. Em 2020, apesar dos desafios colocados à gestão da dívida pública no contexto da pandemia, prosseguiu o acompanhamento contínuo de oportunidades de recompras e/ou trocas de dívida. Neste plano, embora não se tenha proporcionado um comportamento tão ativo como em 2019, a República executou duas operações de troca no ano, tendo recomprado um valor nominal agregado de EUR 2,3 mil milhões de OT com amortização em 2021-2022, contra a emissão de OT de maturidade mais longa.

Calendário de amortizações de dívida de médio e longo prazo⁹
 (EUR mil milhões)



⁹ Exclui instrumentos de dívida de retalho, CEDIC e CEDIM. Inclui maturidades dos empréstimos do MEEF ainda por definir.